

APRESENTAÇÃO

O interesse da crítica e suas origens. Apresentação à tradução de “Existe um interesse emancipatório do conhecimento?”, de Axel Honneth

*Emil Albert Sobottka*¹

*Luiz Gustavo da Cunha de Souza*²

*Thiago Aguiar Simim*³

O artigo traduzido a seguir, “Existe um interesse emancipatório do conhecimento? Tentativa de responder a uma questão chave da Teoria Crítica” ocupa um lugar ao mesmo tempo particular e inusitado na obra de Axel Honneth. Proferido inicialmente como uma conferência, em 2016, e, logo a seguir, transformado no texto que agora ganha versão em português em *Política & Sociedade*, trata-se, como explicitado no subtítulo, de uma reflexão sobre a Teoria Crítica da sociedade e seus fundamentos epistemológicos. O artigo ocupa um lugar particular na obra de Honneth, por um lado, porque dá seguimento à prática de formular programas de pesquisa sob a forma de questões a respeito da prática teórico-crítica (Honneth,

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8615-7305>.

2 Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1323-8347>.

3 Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2877-8477>.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

1980, 2008, 2018) e, por outro lado, porque busca responder à questão ali colocada – a questão da emancipação humana – conectando os fundamentos da crítica com suas monografias recentes, escritas a partir da metodologia da reconstrução normativa (Honneth, 2001, 2011, 2015) e histórica (Honneth, 2023a). Nesse sentido, trata-se de um texto particular por não ser diretamente ligado ao eixo do desenvolvimento de uma teoria de caráter normativo, para a qual o conceito de reconhecimento é central. No entanto, além desse lugar particular, o artigo também é inusitado porque os programas de pesquisa de Honneth raramente se engajam diretamente em interlocução com a Teoria Crítica, entendida (com as letras maiúsculas) como a corrente de pensamento desenvolvida ao redor de Max Horkheimer e que ficou associada à Escola de Frankfurt.

Começemos pelo segundo ponto. Desde que Horkheimer assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social, ligado à Universidade de Frankfurt, em 1932, a formulação de uma teoria social com características particulares, que a distinguisse de outras teorias da sociedade, ocupou lugar central nos esforços de autores como Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse e do próprio Horkheimer. Embora não se possa dizer que todos os membros da primeira geração da Escola de Frankfurt tenham escrito ensaios sobre o conceito de crítica, e nem mesmo todos os membros do núcleo central do Instituto, o tema perpassou as reflexões desses intelectuais ao longo das décadas de 1930 e 1940 e, quando formulado por um dos encarregados das sínteses filosóficas, cada um dos programas específicos para Teoria Crítica, que respondiam a diagnósticos de tempo específicos, sempre incorporava os estudos e as pesquisas de outros membros importantes do grupo, como Friedrich Pollock, economista, Leo Löwenthal, pesquisador da cultura e, por algum tempo, Erich Fromm e sua teoria psicanalítica. O texto mais importante dessa fase, que também é aquele onde se encontra a definição mais difundida de uma Teoria Crítica, é justamente o ensaio “Teoria tradicional e Teoria Crítica”, de Max Horkheimer (1983), publicado já no exílio em 1937. Ainda que este não fosse sequer o primeiro programa teórico formulado pelo autor e que diferisse em aspectos centrais de seu modelo de “materialismo interdisciplinar” apresentado em 1932 (cf. Dubiel, 1978), o ensaio de 1937 estabeleceu um pilar definidor da Teoria Crítica: a distinção, baseada nos diferentes “interesses” que seriam expressos em cada

um desses modos de produzir conhecimento sobre o mundo social, entre teoria tradicional e Teoria Crítica.

Enquanto a teoria tradicional – que, a propósito, nunca é definida enquanto tal no texto de Horkheimer, mas tratada como tudo aquilo que não é feito segundo os parâmetros da Teoria Crítica – se guiaria pela intenção de explicar objetivamente a realidade e, assim, se assentaria sobre dados empíricos e métodos positivistas, a Teoria Crítica teria por interesse a identificação de potenciais não exauridos nesta mesma realidade, isto é, seu interesse transcende o saber objetivo produzido pelas ciências positivistas e se volta para uma atitude humana “que tem a própria sociedade como interesse” (Horkheimer, 1983, p. 130). Essa atitude, ou pensamento, crítica, cujo interesse é a transformação social, se diferencia, portanto, do conhecimento tradicional e objetivo precisamente por seu caráter utópico: “Trata-se de fato de uma imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente” (Horkheimer, 1983, p. 139). Com isso, então, são expostas duas características definidoras dessa Teoria Crítica: tanto o interesse na transformação enquanto horizonte normativo da teoria quanto o ancoramento desse horizonte em uma análise diagnóstica a respeito do presente.

Todavia, essa mesma definição também carrega um problema, pois qualquer teoria social crítica da sociedade, quando formulada enquanto Teoria Crítica, deve encontrar seu ponto de justificação não na sociedade e em suas dinâmicas internas, mas no próprio conceito de crítica, essa “atitude humana” que carrega uma “imagem do futuro”. Não se trata apenas de atualizar constantemente o diagnóstico de tempo e, conseqüentemente, formular novos modelos adequados a cada época que se pretenda criticar; antes, a exigência teórica de Horkheimer é a de que os sucessivos diagnósticos abram caminhos para que em cada momento histórico possa ser desvelado um interesse emancipatório do conhecimento. Ou seja, a Teoria Crítica, em seu nível mais profundo, é uma teoria que busca revelar o interesse humano na supressão de formas de sofrimento como a exploração, a alienação, a perda de sentido social, a reificação, a dominação, etc.; para isso, ela deve explicitar o modo como o próprio conhecimento e suas origens se assenta sobre atitudes humanas capazes de superar as contradições entre indivíduo e sociedade nas quais aquelas formas de sofrimento se

refletem. A emancipação, essa reconciliação entre a promessa da liberdade individual e as formas de integração social, é permanentemente almejada e antecipada por movimentos sociais e políticos, mas na medida em que as próprias dinâmicas de integração social estão sempre em mudança, sua realização também não tem uma forma acabada. Ao mesmo tempo, como a realidade histórica tratou de mostrar a Horkheimer e seus colegas de Frankfurt, as esperanças de solução para as contradições do capitalismo não poderiam mais, como nos escritos de Karl Marx, ser depositadas numa classe, o proletariado, devido às mudanças tanto na composição e na ação dessa classe, quanto na própria economia política do capitalismo, que superara sua fase liberal em direção a um modelo monopolista (Horkheimer, 1983, p. 134 e ss.; 149, reverberando Pollock, 1990). O resultado combinado do abandono da mitologia proletária e da historicização sociológica da análise de classe, porém, conduz a Teoria Crítica de Horkheimer a uma situação complexa: ela possui um interesse prático, mas nas circunstâncias presentes, “a verdade se abrigou em pequenos grupos” de intelectuais (Horkheimer, 1983, p. 151). Daí que a solução para a Teoria Crítica é tomá-la como um exercício antes teórico, fundamentado no interesse de conhecer a utopia; mas isso também torna a Crítica um conceito escorregadio, pois se refere necessariamente a uma prática de produção de conhecimento.

É com referência a essa problemática que Honneth se coloca a questão do título do artigo: *existe*, afinal de contas, um interesse do conhecimento que carregue em si essas características emancipatórias indicadas pela primeira geração da Teoria Crítica? Para Honneth, o próprio Horkheimer não respondera à pergunta, mas apenas aludira à “tendência inextirpável dos seres humanos de se revoltarem contra relações de dominação”. É, na verdade, Jürgen Habermas quem assume para si a dupla tarefa de, por um lado, minar as bases do interesse positivista do conhecimento e, de outro, *nos termos de uma teoria do conhecimento*, “assegurar uma justificativa epistemológica à própria teoria crítica”. Seu estudo de juventude, *Conhecimento e interesse* [1968] (2011), é o ponto de partida de sua longa reflexão sobre aquela questão chave da Teoria Crítica. Nesse ensaio, Habermas separa três “processos de investigação” que carregam em si três interesses distintos ligados às suas próprias regras práticas de funcionamento interno, a saber, as

ciências empírico-analíticas e o interesse técnico do conhecimento, as ciências histórico-hermenêuticas e o interesse prático e as ciências orientadas pela crítica e o interesse emancipatório, respectivamente (Habermas, 2011, p. 186-7). Aqui há três pontos a serem destacados. Primeiro, Habermas, ao contrário de Horkheimer, trata o interesse humano na crítica, isto é, na revolta contra relações de dominação, como um fenômeno ancorado nas próprias relações de dominação e não como um repositório abstrato acessível à filosofia; assim, o interesse emancipatório do conhecimento se refere a um interesse socialmente ancorado, levado a cabo por seres humanos, e que é formado em condições sociais e se expressa em uma diferenciação crítica, não em negação, a outros tipos de conhecimento. Em segundo lugar, conseqüentemente, Habermas precisa destrinchar esses interesses (técnico, prático e crítico), o que o leva à sugestão de que a distinção entre teoria tradicional e Teoria Crítica é muito estanque; assim, ao invés de uma distinção baseada nos pressupostos metodológicos de uma teoria do conhecimento, ele indica que o traço distintivo do conhecimento emancipatório é a capacidade, enquanto crítica da ideologia⁴, de que ela “desencadeie na consciência dos afetados um processo de reflexão (...), o marco metodológico que estipula o sentido da validade dessa categoria de enunciados críticos é medido pelo conceito de *autorreflexão*” (Habermas, 2011, p. 190). Ora, isso significa, em terceiro lugar, que o interesse emancipatório do conhecimento não remete à atitude crítica, a alcançar teoricamente algum sentido de crítica, mas à organização categorial da ciência com a finalidade de romper com a dominação prática e ideológica; assim, não há uma Teoria Crítica, mas modos críticos de fazer teoria.

O próprio Honneth se apressa a mencionar que mais tarde Habermas revisou as ideias de “Conhecimento e interesse”, mas ao mesmo tempo, este último – ao contrário do primeiro – continuou a tratar da herança da Teoria Crítica, pelo menos até sua *Teoria da ação comunicativa* (2022, cap. 4), agora, porém, como um diagnóstico histórico, não mais como um modelo teórico de acesso privilegiado ao interesse emancipatório do conhecimento. Além disso, Habermas se afastou consideravelmente da

4 No pós-fácio de 1973 a *Conhecimento e Interesse*, Habermas acaba abandonando um conceito forte de “ideologia”, caminhando para uma concepção mais kantiana de “crítica”.

própria noção de uma “Teoria Crítica” ou de uma “Escola de Frankfurt”, que ele chama, em uma palestra proferida em 1984, por ocasião de um seminário organizado por Honneth e Albrecht Wellmer em Ludwigsburg, na Alemanha, de “unidade ficcional” (Habermas, 1986, p. 8). Nessa mesma palestra, chamada “Três teses sobre a história dos efeitos da Teoria Crítica”, Habermas conclui que a capacidade de reprodução e permanência da tradição fundada por Horkheimer se assenta antes sobre sua diversidade temática interna, responsável por diferentes continuidades, do que à unidade (essa não mais ficcional) em torno de uma noção de Crítica (Habermas, 1986, p. 11). Essa tese, que reforça a ideia de que o interesse das teorias críticas deve ser buscado nas condições sociais a serem criticadas mais do que na própria epistemologia da Teoria Crítica encontrou seu caminho nos textos de Honneth desde a década de 1980 e parece presente ainda quase quatro décadas depois.

Quando em um primeiro texto programático, chamado “Trabalho e ação instrumental”, Honneth se colocava a questão da atualidade do modelo habermasiano da *Teoria da ação comunicativa*, o pano de fundo era a erosão da credibilidade do conceito de trabalho – presente nas teorias críticas de Marx até Habermas, embora em diferentes graus de importância – como núcleo teórico de uma crítica de sociedades então no começo do processo de desindustrialização (Honneth, 1980, p. 213). No seu argumento, Honneth procura reformular a importância de uma teoria que revele criticamente a conexão entre integração social e transformação política, sem, porém, atribuir qualquer privilégio epistemológico a essas categorias; antes, o que importa é identificar, como o faz Habermas, a medida em que interações sociais são sistematicamente feridas pela organização da sociedade e como, a partir disso, emergem tendências de resistência e revolta contra essa forma de organização (Honneth, 1980, p. 223). Pouco mais de uma década depois, já após a formulação de sua própria teoria do reconhecimento, Honneth apresenta outro texto programático, “A dinâmica social do desrespeito”⁵, no qual ele defende a ideia de que o núcleo de uma teoria crítica não pode ser associado à própria noção de crítica, uma vez que olhar criticamente para a sociedade é o que qualquer teoria

5 Traduzido para o português e publicado em *Política & Sociedade*, vol. 18, número 40, set-dez. 2018.

social digna de seu nome faz (Honneth, 2018, p. 22); novamente defendendo a ideia de que a crítica teórica deve se conectar com movimentos emancipatórios ou de contestação às normas vigentes na sociedade, ele propõe que uma teoria crítica deve ser formulada como uma destilação teórica dos motivos de resistência e revolta (Honneth, 2018, p. 31 e ss.). Essa posição, aliás, explicita que o que deve mover uma teoria crítica são os motivos de revolta, e não supostos agentes que os encarnem de modo transcendente. É essa a tese exposta por ele no texto traduzido a seguir, no qual Honneth procura, ainda uma vez mais, associar as tarefas de uma teoria crítica da sociedade com a realidade social e não com sua retroalimentação epistemológica, embora para fazê-lo tenha sido necessário recuperar a ideia original de Horkheimer, o projeto de juventude de Habermas e discutir, de modo algo inusitado em sua trajetória, a dimensão epistemológica da crítica social. Tudo isso, porém, no texto a seguir, é colocado não a serviço da epistemologia da Teoria Crítica, mas sim da análise daquela “tendência inextirpável” à revolta, cabendo portanto, formular a pergunta sobre o interesse emancipatório do conhecimento já nos termos das causas da revolta.

Eis, então, o primeiro ponto mencionado na abertura desta “Apresentação”: o artigo “Existe um interesse emancipatório” condensa de um modo particular, na sua tese sobre o interesse emancipatório do conhecimento, o movimento presente em trabalhos recentes de Honneth. Em primeiro lugar, no texto é reconstruída a ideia de que movimentos de contestação recorrem a normas e valores já tidos como legítimos, mas ainda não realizados, como Honneth formulara em sua monografia reconstrutiva das normas legitimadoras subjacentes às sociedades modernas, o longo estudo *O direito da liberdade* (Honneth, 2011); em segundo lugar, no texto Honneth procura demonstrar que, para além do conhecimento das normas de legitimidade de uma dada sociedade, sua mobilização como fundamento de discursos de contestação por parte de movimentos sociais e outros coletivos só ganha sentido quando o potencial contido nessas mesmas normas é interpretado como uma “reserva de sentido”, isto é, como um horizonte de crítica do presente à luz de seus potenciais. É assim que Honneth entende a noção de “liberdade social” na monografia complementar a *O direito da liberdade*, chamada *A ideia do socialismo*

(Honneth, 2015, especialmente capítulos 1 e 2). E, por fim, o artigo procura demonstrar que grupos sociais encontram o combustível da revolta na sensação de exclusão de espaços em que se possam fazer ouvidos e importantes, algo que se pode encontrar, posteriormente ao artigo, desdobrado na tese de que não são a alienação ou a dominação as justificativas teóricas mais consequentes para a crítica da realidade do trabalho contemporâneo, mas a impossibilidade de participar da formação democrática da vontade, como exposto na “abertura normativa” do livro *O soberano trabalhador* (Honneth, 2023a, especialmente p. 56-61). Cabe mencionar ainda que em uma palestra recente, proferida por ocasião das comemorações do centenário do Instituto de Pesquisa Social, Honneth foi ainda mais longe ao afirmar que há dois caminhos irreconciliáveis para a continuidade da Teoria Crítica: o primeiro que, nas pegadas de Horkheimer e Adorno “concebe o capitalismo como uma formação social autorreprodutiva e altamente integrada” e o segundo, que “o concebe como um campo de batalhas entre forças sociais lutando por poder legal e político” (Honneth, 2023b, p. 372). Esse conjunto de referências que, como dito, aparece de modo condensado no artigo é o que justifica dizer que se trata de um texto que ocupa um lugar particular na obra de Honneth, pois, ao contrário dessas monografias, nas quais a fundamentação sócio-histórica e de história das ideias ganha destaque, aqui a tese é defendida em termos altamente especulativos; ainda que o interesse emancipatório do conhecimento seja definido a partir das linguagens e dos valores dos próprios movimentos sociais e de seu recurso a normas legitimadas, a tentativa de expôr as reconstruções históricas e normativas como um “interesse do conhecimento” destoia do modelo seguido nos estudos mais extensos exatamente por conta do peso dado à teoria do conhecimento. A despeito disso, como tentamos demonstrar com essa apresentação, trata-se também de uma tentativa de ancorar sociologicamente o interesse emancipatório do conhecimento e, com isso, uma teoria crítica situada no presente.

Referências

DUBIEL, H. *Wissenschaftsorganization und politische Erfahrung. Studien zur frühen Kritische Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978.

HABERMAS, Jürgen. Drei Thesen zur Wirkungsgeschichte der Frankfurter Schule. In: HONNETH, A, WELLMER, A. (orgs.). **Die Frankfurter Schule und die Folgen**: Referate eines Symposiums der Alexander von Humboldt-Stiftung vom 10. - 15. Dezember 1984 in Ludwigsburg. Berlin: De Gruyter, 1986, p. 8-12.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 177-199. Tradução de Felipe Silva.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa. Volume 1. Racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo; Editora Unesp, 2022. Tradução de Luiz Repa.

HONNETH, A. Arbeit und instrumentales Handeln. Kategoriale Probleme einer kritischen Gesellschaftstheorie. In: HONNETH, A, JAEGGI, U. (orgs.). **Arbeit, Handlung, Normativität**. Theorien des Historischen Materialismus 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.

HONNETH, A. **Leiden an Unbestimmtheit**. Eine Reaktualisierung der Hegelschen *Rechtsphilosophie*. Stuttgart: Reclam, 2001.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 8, n. 1, 46–67, 2008. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4321>

HONNETH, A. **Das Recht der Freiheit**. Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit. Berlin: Suhrkamp, 2011.

HONNETH, A. **Die Idee des Sozialismus**. Versuch einer Aktualisierung. Berlin: Suhrkamp, 2015.

HONNETH, A. A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 18, n. 40, p. 21-42, 2018. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p21/>

HONNETH, A. **Der arbeitende Souverän**. Eine normative Theorie der Arbeit. Berlin: Suhrkamp, 2023a.

HONNETH, A. The Institute for Social Research at its 100th birthday. A former director's perspective. **Constellations**, New York, vol. 30, 2023b, p. 372-377.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e Teoria Crítica. In: **Textos escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas**. São Paulo: Abril cultural, p. 117-154, 1983.

POLLOCK, F. **State Capitalism: Its Possibilities and Limitations**. The Essential Frankfurt School Reader. New York: Continuum, 1990.

Recebido em 19/01/2024
Aceito em 19/01/2014
Versão final em 19/01/2024